

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**  
**PLAGEDER**

**SABRINA KRUPINSKI PEREIRA**

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: AÇÃO DE UMA  
ENTIDADE CIVIL E OUTRA DE CARÁTER PÚBLICO EM CAÇAPAVA DO SUL –  
RS NO PERÍODO DE 2015 - 2017**

**Porto Alegre**

**2017**

**SABRINA KRUPINSKI PEREIRA**

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: AÇÃO DE UMA ENTIDADE CIVIL E OUTRA DE CARÁTER PÚBLICO EM CAÇAPAVA DO SUL – RS NO PERÍODO DE 2015 - 2017**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto

**Porto Alegre**

**2017**

**SABRINA KRUPINSKI PEREIRA**

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: AÇÃO DE UMA ENTIDADE CIVIL E OUTRA DE CARÁTER PÚBLICO EM CAÇAPAVA DO SUL - RS NO PERÍODO DE 2015 - 2017**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto – Orientador  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cátia Grisa  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Susana Cardoso  
UFRGS

Dedico esse trabalho aos meus pais, que sempre me incentivaram e apoiaram para que eu atingisse este objetivo de vida, bem como pela educação, e aos meus irmãos, parentes e amigos pelo incentivo ao longo dessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, aos agricultores familiares de Caçapava do Sul, por terem me recebido de braços abertos para a realização das entrevistas para o trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, ao Engenheiro Agrônomo Deives Maykel da Silva por ter se disponibilizado a me acompanhar nas realizações das visitas. Ao Instituto Cultural Padre Josmio e a EMATER Caçapava do Sul pelo auxílio no fornecimento de dados. As colegas e aos professores que estiveram presentes ao longo dessa jornada em especial ao meu orientador Alberto Bracagioli Neto e minha co-orientadora Jenifer Cristine Medeiros pelo auxílio no decorrer deste trabalho.

“A persistência é o caminho do êxito.”  
(Charles Chaplin)

## **RESUMO**

No município de Caçapava do Sul o serviço de assistência técnica e extensão rural vem sendo desenvolvido por duas entidades distintas, uma de caráter pública e a outra uma instituição civil sem fins lucrativos. A função de cada uma dessas entidades é acompanhar e orientar agricultores familiares do Município na melhoria dos seus sistemas produtivos e contribuir para o desenvolvimento rural local. O objetivo dessa pesquisa foi compreender como estão estruturadas essas entidades de ATER e quais são os seus mecanismos de atuação entre os anos de 2015 e 2017. A partir disso, buscou-se analisar por meio de entrevistas com agricultores familiares que recebem o serviço de ATER se o trabalho realizado vem tendo resultados satisfatórios. A metodologia utilizada foi coletar informações através de entrevistas semiestruturadas feitas com agricultores e técnicos de campo das referidas entidades e com esses dados em mão foi possível compreender o alcance e a importância dos serviços de ATER para a agricultura familiar no Município. Com os trabalhos desenvolvidos pelas instituições ficou evidente a melhoria de produtividade das unidades agrícolas e um melhor uso e aproveitamento dos recursos naturais, no entanto, no aspecto econômico o serviço de ATER ainda se mostra ineficiente em conseguir cooperar na organização da produção, agregação de valor e criação de mecanismos de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, ATER, desenvolvimento rural.

## **ABSTRACT**

In the municipality of Caçapava do Sul, the technical assistance and rural extension service has been developed by two distinct entities, one of public character and the other a non-profit civil institution. The function of each of these entities is to accompany and guide family farmers in the Municipality in improving their productive systems and thereby contribute to local rural development. The objective of this research was to understand how these are structured entities ATER and what are its mechanisms of action between the years 2015 and 2017. From this, it sought to analyze through interviews with farmers who receive the service ATER if the work done has given satisfactory results. The methodology used was to collect data through semi-structured interviews with farmers and field technicians of these entities. With these data in hand it was possible to understand the scope and importance of the ATER services for family agriculture in the Municipality. With the work developed by the institutions, it was evident the improvement of productivity of agricultural units and a better use and utilization of natural resources, however, in the economic aspect the ATER service is still inefficient in being able to cooperate in the organization of production, and creation of marketing mechanisms for the products of family agriculture.

**Keywords:** family farming. ATER. Rural development.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 Mapa de localização do município de Caçapava do Sul / RS .....	18
Figura 2 Entrevistas realizadas com agricultores .....	27

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 principais produtos agrícolas das UPAs .....	25
---	----

### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAR – Cadastro Ambiental Rural

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER - Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPJ - Instituto Cultural Padre Josimo

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Agrícola

UPAs - Unidades de Produções Agrícolas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	OBJETIVOS GERAL .....	13
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
<b>2</b>	<b>O TRABALHO DE EXTENSIONISTAS EM CAÇAPAVA DO SUL: HISTÓRICO E DESAFIOS .....</b>	<b>13</b>
2.1	REVISÃO DA LITERATURA .....	14
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>21</b>
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAÇAPAVA DO SUL ATENDIDOS POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE ATER .....	21
5.2	O PERFIL DAS ENTIDADES PRESTADORAS DE ATER NO MUNICÍPIO: EMATER E INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO.....	27
5.3	O ALCANCE SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO SERVIÇO DE ATER EM CAÇAPAVA DO SUL.....	32
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>37</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>39</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme os dados do último censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar no Brasil compreende mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais e envolve mais de 12 milhões de trabalhadores. Isso demonstra que promover a agricultura familiar através de políticas públicas que a fortaleçam é fundamental, sendo que o serviço de ATER tem grande importância como ferramenta capaz de contribuir para o seu desenvolvimento social, cultural, econômico e ecológico. Diante desse contexto, o tema escolhido para a realização dessa pesquisa foi compreender como é prestado o serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares no município de Caçapava do Sul-RS. Esse serviço é realizado por duas entidades distintas e nessa pesquisa se buscou compreender a relação dessas organizações com os agricultores por elas atendidos e qual a contribuição desse trabalho para o desenvolvimento rural local.

Em Caçapava do Sul a pecuária familiar é a principal atividade rural, porém, há também outras atividades secundárias, o que caracteriza grande parte das unidades de produção familiar como policultivos, produzindo tanto para o autoconsumo como para a comercialização. Essa pesquisa se aprofundou nessas características produtivas e na sua relação sobre o uso e conservação dos recursos naturais. Dessa forma, buscou-se responder quais os resultados que os serviços de ATER conseguem alcançar diante de tal cenário. Para uma análise mais concisa estabeleceu-se um período de tempo que compreende os anos de 2015 a 2017.

Para cumprir esse desafio foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema para formação de uma base teórica, que serviu de subsídio para interpretação e confrontação dessas informações e teorias levantadas com os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas que posteriormente foram realizadas com agricultores e técnicos de ATER de Caçapava do Sul, foram entrevistados doze agricultores de cinco comunidades da zona rural de Caçapava do Sul, sendo elas Varzinha, Rincão de Lourdes, Salso, Patronato e Irapuá. Além disso, também foram entrevistados dois extensionistas, um do Instituto Cultural Padre Josimo e outro da EMATER, para os quais foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada onde os dados coletados foram analisados de forma qualitativa. Foram explicados os objetivos desse trabalho e usado o termo de esclarecimento para que as informações obtidas pudessem ser publicadas. Essas entrevistas fizeram parte do instrumento metodológico para conhecer a realidade desses atores e estabelecer as principais características dos agricultores familiares que são atendidos por serviços de caráter público de ATER no Município. Também possibilitaram desvendar os modos e métodos com que as entidades prestadoras de serviços de ATER trabalham, assim foi

possível compreender que os profissionais que atuam nessa área devem estar capacitados para lidar com diferentes situações e se proporem a entender os anseios e peculiaridades de cada grupo ou de cada unidade de produção agrícola. Por fim, tentou-se assinalar qual o alcance desse trabalho na melhoria de aspectos socioambientais e econômicos das unidades de produção familiar.

Espera-se que esse estudo possa servir de elemento teórico futuro para contribuir com o trabalho de pesquisadores, extensionistas e agricultores, buscando compreender e, dentro do possível, apontar direções sobre o papel do ATER para o desenvolvimento rural em Caçapava do Sul.

### 1.1 OBJETIVOS GERAL

Compreender a execução do serviço de assistência técnica e extensão rural prestado pelo Instituto Cultural Padre Josimo e pela EMATER no período de 2015 a 2017 em Caçapava do Sul – RS.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar os agricultores familiares de Caçapava do Sul atendidos por serviços públicos de ATER.
- Traçar o perfil das entidades prestadoras de ATER no município: EMATER e Instituto Cultural Padre Josimo.
- Identificar o alcance socioeconômico e ambiental do serviço de ATER em Caçapava do Sul.

## **2 O TRABALHO DE EXTENSIONISTAS EM CAÇAPAVA DO SUL: HISTÓRICO E DESAFIOS**

A assistência técnica e extensão rural é um tema bastante abrangente e diversos autores debatem esse assunto sobre diferentes perspectivas e objetivos, fazendo desde análises críticas do método como ela é realizada, assim como debatem resultados atingidos e como isso contribui para o desenvolvimento rural.

O foco central da pesquisa realizada nesse trabalho está enquadrado dentro desse assunto e se defrontou com diversas questões, a principal delas é o próprio título/tema desse estudo, responder como é prestado o serviço de Ater em Caçapava do Sul tendo como base o trabalho realizado por entidades distintas, uma de caráter civil e a outra de caráter público. No entanto se torna necessário ter um objetivo mais profundo em cima dessa questão, do contrário, torna-se vazia e sem sentido. Sendo assim, há de se acrescentar o seguinte: serviço de ATER oferecido para quem? Para que? Como saber se resultados estão sendo alcançados? Esse trabalho de conclusão de curso teve como objetivo buscar respostas para essas questões tendo como referências aspectos históricos, sociais, ambientais e econômicos.

Infelizmente são escassos os trabalhos acadêmicos que abordam o assunto de ATER no município de Caçapava do Sul, sendo que a maioria dos materiais existentes são basicamente sobre produção agropecuária, através de tabelas quantitativas de dados de produção. Isso dificulta uma avaliação clara sobre a contribuição e importância histórica do serviço de ATER como ferramenta de promoção social e econômica da população rural do município. Esse estudo buscou se aprofundar nesse tema através de uma análise que também foi quantitativa, no momento de realizar a caracterização produtiva dos agricultores familiares, mas principalmente qualitativa, onde a contribuição dos agricultores/as e extensionistas foram de relevante importância para compreensão da realidade local e alcance do objetivo desse trabalho

## 2.1 REVISÃO DA LITERATURA

"Assistência técnica" e "extensão rural" numa primeira análise parecem ser termos que designam a mesma coisa, no entanto cada um desses termos tem um significado diferente, que se convergem e se complementam. Peixoto (2008) busca abordar a definição desses termos, sobre os quais vários outros autores já propuseram conceituações. Para esse autor o termo extensão rural pode ser entendida de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política, onde pode ser visto como um processo de estender ou transmitir um conhecimento de um polo gerador para um determinado público alvo ou numa forma mais abrangente, atuando num modo educativo de comunicação de conhecimentos, sejam técnicos ou não. A extensão rural engloba um conjunto de políticas, entre elas o crédito agrícola e a assistência técnica. Sobre esse termo, "assistência técnica", de certa maneira é uma atividade voltada para resolver algum problema em específico ou apresentar uma solução imediata, sem exigir maior capacitação do agricultor, sendo um elo da extensão rural e não sua totalidade.

O serviço de assistência técnica e extensão rural surgiram em meados do século XIX após a Guerra de Secessão norte americana, que marcava a transição de uma agricultura escravagista para um modelo de estrutura industrial, período marcado pela pressão da alta dos preços de insumos e queda do preço dos produtos agrícolas e ainda a concorrência de mercados estrangeiros. Nesse contexto surgiram nos Estados Unidos vários conselhos de agricultura e outras organizações ligadas ao governo voltadas ao meio rural, FONSECA (1985).

Esse modelo de assistência técnica que então surgia também chamado de modelo clássico tinha como objetivo aumentar a produção agrícola e difundir o conhecimento científico das instituições de pesquisa para o agricultor. Esse sistema se espalhou para outras regiões do mundo e a forma como isso foi realizado no Brasil e América Latina não levava em considerações aos aspectos culturais de cada lugar nem as reais necessidades dos agricultores, numa visão onde as melhorias de aspectos sociais dependeriam unicamente de uma melhoria da condição econômica, WAGNER (2011).

A estratégia utilizada tinha como característica a transferência massiva de tecnologias modernas e crédito ao setor rural objetivando expandir a produção agrícola. Massuquetti (2010) aborda entre outros aspectos as medidas políticas de investimento de curto e longo prazo voltadas para o setor agrícola brasileiro adotada pelo governo federal na década de 60 e início dos anos 70, que são marcas da introdução da revolução verde no Brasil: utilização de insumos químicos, mecanização, melhoramento genético, irrigação, além de outras medidas de incentivo ao uso de tecnologias ditas modernas, sempre atreladas a uma política de crédito subsidiado, política de preços, estruturas de armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas e grande investimento em pesquisa agropecuária e extensão rural. É justamente nessa época que surgem os extensionistas rurais, com o papel de ser uma ponte entre a fonte geradora de conhecimentos (Universidades e outras instituições de pesquisa) e o agricultor, MASSUQUETTI (2010).

Nunes (2007) cita esse período como modernização conservadora, pois se buscou modernizar a agricultura, mas não alterou a estrutura fundiária, além do que os recursos destinados pelo SNCR (sistema nacional de crédito agrícola) dificilmente chegavam até os agricultores familiares, pois esses não ofereciam garantias bancárias suficientes. Além disso, havia a própria preferências das instituições financeiras por grandes contratos. O que chama a atenção nesse período em relação à extensão rural é que o extensionista atuava apenas junto aos grandes e médios agricultores, situação que se inverteu nos dias atuais.

Não é por acaso que no Brasil logo surgiram diversas críticas à forma de ação do extensionista. Sobre esse tema Freire (2002) faz uma análise do papel de atuação desse

profissional e convida para uma reflexão da verdadeira função do ATER, que deve ser baseada no dialogismo e na horizontalidade das relações.

No Rio Grande do Sul os primeiros indícios do serviço de assistência técnica e extensão rural datam do ano de 1955 com a criação da ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural). No ano de 1980 foi estabelecido um protocolo de operacionalização conjunta entre a ASCAR e a EMATER-RS, que passaram a desenvolver suas atividades de forma conjunta, mas sem alterar suas constituições jurídicas básicas. Hoje essa instituição está difundida por todas as regiões do estado e já vivenciou diversas fases da extensão rural gaúcha, a qual foi se moldando ao longo dos anos.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/PNATER foi criada em 2003 via Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, sendo este um marco importante da extensão rural em nível nacional, caracterizando-se como uma nova extensão voltada para a instrumentalização de políticas públicas voltadas para agricultura familiar. Entre essas políticas públicas a mais importante e de maior destaque certamente é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o que criou uma ligação entre ações de assistência técnica e crédito, mas que acabou gerando um tensionamento de pensamentos diferentes dentro do próprio MDA para que o ATER se subordinasse ao PRONAF, que então se constituía no principal programa desse ministério (GRISA; SCHNEIDER, 2015. p 114). Importante observar aqui a distinção e as contradições entre diferentes visões de modelos de desenvolvimento rural, já que o PRONAF privilegiava agricultores com menor risco bancário e acabava se tornando deficitário enquanto política de inclusão social e desenvolvimento territorial, conseqüentemente limitava a atuação de uma ATER como política estruturante do desenvolvimento rural (DIESEL et al,2015, p. 114).

Em relação à concretização e a execução do PNATER se destacam entidades públicas e privadas na prestação de serviços, inicialmente nas modalidades de contratos e convênios e depois, a partir da lei nº 12.188 de 2010 (lei de ater), através de chamadas públicas com dispensa de licitação, sendo a escolha feita através de um processo de análise técnica da proposta da entidade proponente e apreciação do currículo dos profissionais ligados a essa entidade.

Em Caçapava do Sul a EMATER atua no acompanhamento de centenas de famílias de agricultores familiares através de diferentes contratos com o poder público, entre os quais executou uma chamada pública entre os anos de 2014 e 2015 via governo federal (Programa Brasil Sem Miséria), participa do Programa RS Biodiversidade voltado para manejo do campo

nativo através do sistema de pastoreio racional Voisin<sup>1</sup>, Programa pró-oliva e o Programa de apoio à bacia leiteira, ambos via governo do estado. Além da EMATER, desde o ano de 2015 o Município conta também com um serviço de Chamada Pública de ATER com foco na diversificação agrícola e transição agroecológica. O recurso é via Governo Federal e o serviço é prestado pelo Instituto Cultural Padre Josimo, totalizando 65 famílias beneficiárias.

Todos os agricultores atendidos por essas entidades no município de Caçapava do Sul são agricultores familiares.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

Caçapava do Sul é um município do estado do Rio Grande do Sul. Seu atual território foi desmembrado dos municípios de Cachoeira do Sul e Rio Pardo e fica situado na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense e na Microrregião da Serra do Sudeste.

Seu território possui uma área de 3.047,126 Km<sup>2</sup> e sua população é de 33.690 habitantes, sendo assim sua densidade demográfica é de 11,06 hab./ Km<sup>2</sup>, onde 75% da população é urbana e 25% é rural, onde existem 2.635 estabelecimentos rurais categorizados como pequenos agricultores familiares. (Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul 2017).

Caçapava na língua tupi-guarani significa "clareira na mata." Nascia em 1777 a "paragem de Caçapava", oriunda de um acampamento militar localizado no ponto mais estratégico da região, no antigo aldeamento dos Charruas, numa clareira cravada numa mata virgem. Por ocupar localização estratégica nos pampas o município viveu grandes epopeias. Guerras e sangrentas revoluções eclodiam em sua geografia sempre em defesa da terra, como a participação do município durante a Revolução Farroupilha onde se tornou a 2º capital farroupilha rio-grandense no período de 09 de janeiro de 1839 a 30 de maio de 1840, título esses que os habitantes do município se elencam até os dias atuais. Caçapava também abrigou um arsenal e uma guarnição do exército imperial no século XIX, sendo que o município conta com o Forte Dom Pedro II, única fortificação remanescente no estado, apesar das suas muralhas monumentais jamais terem sido terminadas e nem guarnecidas (Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul. 2017).

---

<sup>1</sup> Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um método racional de manejo do complexo solo-planta-animal, proposto pelo cientista francês André Voisin, que consiste no pastoreio direto e em rotações de pastagens. (BERTON et al, 2011).



Figura 1:Localização geográfica de Caçapava do Sul no estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Wikipédia, 2017.

A economia de Caçapava do Sul está voltada a três atividades principais, entre elas a mineração, a pecuária e a agricultura. O município é responsável pela produção de 80% do calcário do estado. Já na área agrícola o município conta com a produção de hortaliças, frutas, extração de mel e a produção de oliveiras para a fabricação de azeite de oliva. Juntos proporcionam ao município forte desenvolvimento econômico e social, agregando valores entre o cultivo e a geração de empregos e renda através do processamento e da comercialização. A pecuária está presente na maioria das propriedades do município, pois é uma questão cultural da região do pampa gaúcho desde sua origem, conta também com a produção de doces e artesanatos em lã (Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul 2017).

O clima é quente e temperado e há uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade, sendo que a média anual é de 1538 mm. 17,5 °C é a temperatura média. Segundo classificação de Köppen, o clima é classificado como clima temperado húmido com verão quente (Cfa) nas partes menos elevadas e clima temperado húmido com verão temperado (Cfb) nas partes mais elevadas. Kuinchtner e Buriol (2001).

Na área superficial do município de Caçapava do Sul existem dez tipos de solos distribuídos em dez unidades de mapeamento, conforme a classificação da EMBRAPA de 2009. Entre esses vários tipos de solos destacam- se os argissolos, neossolos litólicos e os latossolos, derivados principalmente de rochas areníticas e graníticas

Em sua configuração topográfica observam-se campos majestosos e serras imponentes, com terras escuras e solo silicioso, prestando-se de maneira admirável à criação de gado e à agricultura (Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul 2017).

A vegetação predominante na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do município de Caçapava do Sul, caracteriza-se por mosaicos de floresta-campo. As florestas encontram-se mais desenvolvidas junto às faixas ciliares de rios e arroios e também em forma de capões, pequenas manchas de vegetação rodeadas por áreas de savana. Os campos predominam e variam desde formações abertas ("campo limpo", estrato baixo e contínuo de gramíneas e herbáceas, e "campo sujo", que se diferencia da anterior pela ocorrência de arbustos e subarbustos até áreas conhecidas como "vassourais" de *Baccharis* spp. e *Dodonaea viscosa* (vassoura-vermelha), ou áreas mistas de campos baixos e manchas insulares de "matinhas subarborescentes" (RAMBO, 1994 p473)

#### **4 METODOLOGIA**

Esse estudo teve a pretensão de investigar como vem sendo realizado o serviço de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares no município de Caçapava do Sul. Nessa pesquisa se buscou identificar quais são as entidades envolvidas com o serviço de ATER no município e quais são suas contribuições para o desenvolvimento rural local.

A metodologia utilizada para a realização desse estudo foi primeiramente através de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, que foi realizada com base em material já produzido como livros e artigos científicos (GIL, 1999). Isso se constituiu na primeira etapa dessa pesquisa.

Em seguida foi realizada a segunda etapa que consistiu numa entrevista semiestruturada com beneficiários que são atendidos por essas entidades. Entrevista semiestruturada se trata de um roteiro de perguntas previamente formuladas, também chamadas básicas ou principais que são traçadas a partir de um estudo teórico sobre o tema a ser investigado. A partir delas poderão surgir outros questionamentos durante a aplicação do questionário levando a uma nova linha de hipóteses e possibilidades. Isso exige uma consciência crítica do entrevistador e atuação na medida certa para poder explorar ao máximo a explicação de um determinado fenômeno social e a sua devida compreensão. (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003). Com essas informações obtidas juntos aos entrevistados se torna possível ter uma noção mais aproximada da real necessidade desses agricultores e se o serviço de ATER está contribuindo para isso.

Numa terceira etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um técnico de campo da EMATER e outro do ICPJ. Com isso foi possível conhecer melhor a forma de trabalho e os elementos que limitam a sua atuação e/ou que potencializam suas ações.

A respeito do tamanho da amostra de famílias de agricultores que deveriam ser entrevistados optou-se pelo total de doze, o que representa 3 % do total de agricultores que recebem serviços de ATER no município. Segundo informações preliminares obtidas através dos técnicos da EMATER e do ICPJ, o conjunto dos agricultores familiares de Caçapava do Sul é bastante homogêneo, o que diminui a necessidade de uma amostra maior. Até porque um número maior do que esse demandaria muito tempo e um custo maior de logística, dada a grande dimensão territorial do município. Foi estabelecido que os agricultores entrevistados deveriam ser em número igual para cada uma das referidas entidades. A partir disso, a ideia de entrevistar agricultores que são atendidos concomitantemente pelas duas instituições pareceu ser uma ótima oportunidade de aprofundar mais a pesquisa e aprimorar ainda mais os dados gerados. Sendo assim, desse total de doze famílias foi feita uma divisão em três grupos, sendo quatro atendidas exclusivamente pela EMATER, quatro atendidas exclusivamente pelo ICPJ e quatro atendidas simultaneamente pelas duas entidades. A escolha de todas as famílias foi feita ao acaso a partir de uma lista de nomes que foram fornecidas pelos técnicos de cada entidade. Para a escolha das quatro famílias atendidas por ambas as instituições foi feito um cruzamento de dados com a lista de agricultores assistidos por cada uma delas e assim chegou-se ao um total de treze famílias de diferentes regiões do Município, das quais ao acaso foram escolhidas quatro.

Como já mencionado, a coleta de dados para a realização da pesquisa foi feita através de uma entrevista semiestruturada direcionada aos agricultores e outra especificamente direcionada aos extensionistas. Essas entrevistas foram realizadas pessoalmente pela entrevistadora durante visitas que foram feitas aos agricultores em cada unidade de produção familiar. Posteriormente, em uma visita ao escritório das referidas instituições foram entrevistados técnicos das entidades que realizam o serviço de ATER no município. Cada questionário de entrevista foi elaborado com dez perguntas, que teve como objetivo buscar entender como vem sendo realizado o serviço de assistência técnica e extensão rural e como isso está contribuindo para o desenvolvimento rural local. MANZINE (2004) aborda que a intervenção do entrevistador nesse tipo de pesquisa pode influenciar o discurso, o raciocínio e a memória do entrevistado afetando a coleta de informações. Buscou-se nesse trabalho de pesquisa minimizar esses fatores.

A análise dos dados foi feita através de uma observação qualitativa do conteúdo levantado durante as entrevistas. Esse tipo de análise qualitativa tende a ser mais subjetiva do que uma análise quantitativa e tem como característica não ser sistemática. Segundo BIASÓLI (1992), a análise qualitativa de dados se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos.

Por uma questão ética foi realizada uma breve explicação do objetivo da pesquisa a ser realizada e dessa forma, para garantir a integridade dos entrevistados, foi utilizada uma ficha de autorização<sup>2</sup> para que as informações obtidas nas entrevistas<sup>3</sup> pudessem ser publicadas, ficando estabelecida entre as partes envolvidas que não seriam citados a identidade dos entrevistados.

## **5 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas e depois transcritas integralmente. Isso possibilitou, juntamente com o estudo de teorias já produzidas, sistematizar melhor as informações obtidas através dos questionários. Conforme Biasoli (1992 p. 65), são fatos inquestionáveis que as entrevistas semiestruturadas, em que o discurso dos sujeitos foi gravado e transcrito na íntegra, produzem um volume imenso de dados que se acham extremamente diversificados pelas peculiaridades da verbalização de cada um. E diante dessa diversidade de informações coletadas nesse presente trabalho de pesquisa foi preciso direcionar a organização dos dados, o que possibilitou, sequencialmente, caracterizar os agricultores familiares atendidos por serviços públicos de ATER, definir o perfil, estrutura e metodologia de trabalho da EMATER e do ICPJ e por fim, estabelecer o alcance socioeconômico e ambiental do serviço de ATER em Caçapava do Sul.

### **5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAÇAPAVA DO SUL ATENDIDOS POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE ATER**

Evidenciam-se duas características marcantes nas unidades de produção familiares do Município: uma delas é a pecuária familiar, fortemente influenciada por questões culturais e geográficas, até porque o Município está localizado no bioma pampa e possui vastas áreas de campos nativos. Durante o levantamento de dados dessa pesquisa constatou-se que das 12 UPAs

---

<sup>2</sup> O termo de autorização está inserido em anexo.

<sup>3</sup> O roteiro de entrevista está em inserido em anexo.

que participaram da entrevista apenas em uma delas não havia criação de gado. Nas demais essa atividade estava presente, ou voltada para corte ou para produção de leite, sendo a pecuária responsável pela maior parte da renda oriunda do estabelecimento agrícola.

Outra característica constatada é a baixa capitalização e integração desses agricultores ao mercado. O que chama atenção sobre essa questão é que foi levantado durante o questionário da pesquisa que nove dos doze entrevistados acessam ou já acessaram o crédito agrícola, mas que por si só isso não foi suficiente para efetivamente causar uma mudança profunda no sistema produtivo e tornar essas UPAs mais competitivas e promover uma maior inovação tecnológica. As prováveis razões para isso foram apontadas por alguns dos entrevistados como sendo a aplicação equivocada dos recursos disponibilizados, tanto pela falta de elaboração de um projeto técnico quanto por um acompanhamento mais próximo dos profissionais ligados a assistência técnica e extensão rural.

Também foram citadas as condições de pagamento, formas de garantias e o baixo valor oferecido pelo crédito agrícola aos agricultores como um fator limitante ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e implantação de novas tecnologias. Interessante citar o caso do agricultor G.F, da localidade Irapuá. Ele já acessou o PRONAF em três oportunidades e depois da última vez que fez o financiamento, que era para reforma das cercas da propriedade e aquisição de dois bois, ele recebeu a visita de um fiscal do banco que foi confirmar se o dinheiro disponibilizado havia de fato sido investido na propriedade. *“Ele veio ver as cercas e os animais, andamos por todo o sítio. Ao final me elogio e disse que muitos dos que acessam o crédito agrícola não aplicam o recurso naquilo que inicialmente foi proposto. ”* Do total de agricultores entrevistados, dez estão enquadrados na DAP A ou B<sup>4</sup>, com renda anual de até R\$ 20.000,00 por ano e isso influencia diretamente o valor de crédito oferecido pelas instituições bancárias.

A deficiência do crédito agrícola é apenas um dos fatores que podem ser apontados como razões da falta de investimento e inserção maior desses agricultores no mercado. Há de ser considerada também a falta de organização da produção, comercialização, logística de transporte, desconhecimento por parte de produtores de políticas públicas voltadas ao mercado, o envelhecimento da população rural com consequente falta de mão de obra no campo e a falta de apoio para agregação de valor dos produtos agrícolas e armazenamento, assim como a falta

---

<sup>4</sup> DAP é a Declaração de Aptidão ao PRONAF, documento de identificação do agricultor familiar e pode ser obtida tanto por pessoa física, como associações, cooperativas (pessoa jurídica) **Grupo “A”**: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) **Grupo “B”** agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil.(SEAD, 2017)

de abertura e estímulo ao mercado local. Esses fatores em maior ou menor escala limitam o desenvolvimento das pequenas propriedades agrícolas do município.

Interessante destacar que em Caçapava do Sul existem várias cooperativas e associações de pequenos produtores. Isso poderia contribuir para fortalecer a agricultura familiar no município, porém, apenas dois dos agricultores entrevistados faziam parte de alguma associação e nenhum deles participa de cooperativas. Isso reflete na baixa organização da produção e no valor final dos produtos agrícolas. Quando questionados sobre isso, a maioria dos agricultores participantes dessa pesquisa não soube esclarecer as razões dessa baixa participação a grupos organizados, embora todos tenham respondido que acham isso importante e que seja útil para alcançar benefícios coletivos.

O agricultor T. B é da localidade Varzinha e já participou de uma associação local, mas a mesma não prosperou: *“Se misturavam interesses coletivos com interesses individuais de quem estava à frente da associação”* relatou ele quando entrevistado. O agricultor J.D é da localidade Rincão de Lourdes e um dos fundadores da associação dos agricultores que existe nessa comunidade, nas palavras dele *“uma associação de agricultores deve funcionar com a voz de todos os seus associados frente ao poder público”*. Já a localidade do Salso é onde fica a unidade de produção familiar da agricultora L.P.C. que já participou da associação dos produtores de leite do município. Durante a entrevista ela contou um pouco da sua experiência sobre esse assunto: *“A associação foi criada com o objetivo de captar recursos públicos voltados à área leiteira. Era mais fácil e rápido criar uma associação do que uma cooperativa, porém, depois da sua criação a ideia acabou ficando engessada, os recursos nunca vieram e a associação hoje está parada. Acho que a finalidade ao criar a associação deveria ter sido outra.”* Apesar disso não se pode dizer que esses pequenos agricultores são alheios a trabalhar em grupos, pois uma coisa muito comum entre eles é a troca de serviços entre vizinhos. Essa é uma estratégia muito interessante adotada por eles diante de tarefas que exigem intensa mão de obra.

Algo que chamou a atenção é que todos os agricultores entrevistados praticam agricultura de subsistência, ou seja, eles mesmos produzem grande parte dos alimentos do consumo familiar, o que tem um impacto fortemente positivo na economia e melhoria de renda. Vale destacar a grande importância da mulher nesse papel, já que na maioria dos casos eram elas as responsáveis diretas pela execução dessa função. Essa referência à produção própria de alimentos não se restringe a produção vegetal, mas principalmente a produção animal diversificada como criação de suínos, aves e ovinos, além do gado, obviamente.

Como dito anteriormente a pecuária é responsável pela maior parte da renda das famílias dentre as atividades praticadas nas propriedades agrícolas, mas não é a única fonte, onde também tem grande destaque a apicultura, lã, silvicultura, fruticultura, olericultura, produção de grãos e produtos processados da agricultura familiar como panificados, embutidos, queijos, geleias, compotas, conservas, rapaduras entre outros itens feitos de forma artesanal. A maioria desses produtos artesanais, assim como ovos e frangos caipiras são vendidos diretamente na propriedade dos agricultores. A razão disso é a informalidade da produção em desacordo com as normas da vigilância sanitária, citadas por esses agricultores como excludentes e burocráticas.

A agricultura L.C. tem uma agroindústria familiar de panificados e compotas, mas conta que ainda não conseguiu se enquadrar nas regras estabelecidas para agroindústrias: *Tudo que eu construí aqui foi sem nenhum apoio de recurso público e chegar até aqui onde cheguei não foi nada fácil. Tem que valorizar a agricultura familiar e não perseguir. Tem que ter ajuda, orientação.* A agricultora N.L, que mora na comunidade Picada das Graças já recebeu uma notificação municipal por vender leite em garrafas pet e alega que isso não ajuda em nada o pequeno produtor: *“Os produtos diretos do campo têm muito mais qualidade e sabor. Aqui eu vendo leite, queijo, ambrosia, geleias e muitas outras coisas. Antes era eu, minha filha e minha nora trabalhando aqui, mas sem ter como vender lá na cidade hoje estou sozinha fazendo os produtos.”*

As fontes de renda não agrícolas, como aposentadorias e pensões se destacam como importantes para a manutenção desses agricultores no campo. Elas permitem, por exemplo, adiar a venda de animais quando o preço de mercado não alcança um valor satisfatório bem como eleva o padrão de consumo das famílias e possibilitam eventualmente investir em benfeitorias na propriedade da família. Ainda como estratégia de fonte de renda dessas famílias se torna cada vez maior o número de agricultores que arrendam parte de suas terras para o plantio de lavouras de soja. Em pelo menos quatro das UPAs visitadas os proprietários tinham algum tipo de acordo de arrendamento das suas terras. A justificativa para isso é que além do valor recebido pelo arrendamento esses proprietários recebem prontas as pastagens de inverno.

Para o agricultor D.B.M, morador da comunidade Rincão de Lourdes, arrendar partes de suas terras foi uma necessidade temporária diante de um momento financeiramente ruim para ele e a família: *“Tiver que arrendar por um ano já que não teria condições de plantar mesmo. Eu não quero arrendar por mais tempo porque a soja vai muito veneno e a fonte de água que nós usamos fica próxima e pode ficar contaminada.”*

No quadro 1.1 são listados os principais produtos agrícolas das UPAs que foram visitadas durante esse trabalho de pesquisa:

	Emater				ICP				ICP e Emater			
	Família 1	família 2	família 3	família 4	Família 1	família 2	família 3	família 4	Família 1	família 2	família 3	família 4
tamanho da UPA (ha)	1,4	33,5	12	113	65	22,4	9	16	7,8	23	32	21,3
pecuária de corte	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
pecuária leite			X	X			X		X			
suinocultura		X	X	X			X	X		X	X	X
aves	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
ovinos		X	X	X			X	X		X	X	X
apicultura				X	X	X	X	X	X			
milho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
feijão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
mandioca		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
batata doce		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
silvicultura				X	X			X	X	X	X	X
hortaliças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
fruticultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
campo nativo		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
pastagens exóticas		X	X	X			X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

A respeito do tamanho médio das UPAs desses entrevistados percebe-se uma grande heterogeneidade, desde agricultores que possuíam mais de 100 ha até outros com tamanhos de áreas inferiores a 2 ha. Dessas, a única área que não se dedicava a criação de gado possuía 65 ha. Percebe-se com isso que o tamanho da propriedade por si só não é um bom indicativo sobre o tipo de exploração. Em todas as UPAs visitadas durante essa coleta de dados percebe-se algum tipo de influência das entidades de ATER nas atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos agrícolas, ou através de alguma inovação tecnológica sobre algo que já vinha sendo realizado ou mesmo através do incremento de uma nova atividade, buscando a diversificação dentro dessas propriedades. Sendo assim, é evidente que essas entidades de ATER têm um papel fundamental e decisivo de orientação e estímulo junto aos agricultores por elas atendidos.

Sobre o número de componentes das famílias constatou-se que há uma grande diminuição dos integrantes ao longo dos anos. Esse fato foi relatado pelos próprios agricultores que participaram da pesquisa. Nas famílias que participaram da pesquisa o número médio de integrantes gira em torno de quatro pessoas. Mas em relação à força de trabalho esse número é menor, pois não contabiliza aqueles indivíduos que ainda são crianças ou que são idosos sem

capacidade de realizar atividades exigentes de vigor físico. Constatou-se durante as entrevistas que há uma clara divisão de trabalho entre homens e mulheres, o que sugere talvez um sistema mais patriarcal, pois de todas as famílias entrevistadas apenas em uma das UPAs a mulher participava dos trabalhos relacionados com o gado, ou seja, participava e opinava efetivamente do controle de verminose, cuidados com a pastagem, com a cria e recria dos animais, comercialização, entre outros aspectos ligados a essa atividade. Nas demais UPAs essa atividade ficava a cargo dos homens, enquanto as mulheres lidavam mais diretamente com a agricultura e processamento da produção e cuidados com a casa.

Dentro desse contexto de família agrícola e seu modo de perpetuação há uma preocupação sobre a fim desse modo de vida camponês. Segundo os dados levantados nessa pesquisa das doze famílias entrevistadas em cinco delas existia algum jovem<sup>5</sup> morando e trabalhando na UPA. Em Caçapava do Sul existe uma escola agrícola e isso sem dúvida é importante para os jovens rurais, até mesmo como um estímulo a permanecer na propriedade e vislumbrar novos horizontes. Mas em apenas uma do total das famílias entrevistadas havia algum jovem que frequentava essa escola ou já concluiu o estudo nela. O regime de ensino em tempo integral talvez seja o motivo principal dos jovens filhos desses agricultores não frequentarem a referida escola. Não foi o foco nem o objetivo desse trabalho de pesquisa buscar entender se os jovens atualmente hoje no campo pretendem permanecer na zona rural, mas esse parecia ser o desejo dos pais.

Em relação ao grau de escolaridade das pessoas que moram e trabalham nas UPAs foi constatado que as pessoas mais jovens tiveram ou têm acesso mais fácil ao ensino escolar. Quando analisamos o perfil das pessoas com mais de quarenta anos constatamos que pouquíssimos completaram o ensino médio e a grande maioria estudou até o ensino fundamental ou ensino primário. Dos entrevistados ninguém tinha ensino superior, mas uma das agricultoras cursava o segundo ano do curso de ciências exatas na Universidade Federal do Pampa - Unipampa. Das doze famílias entrevistadas, em quatro delas havia pelo menos um filho ou filha do casal que tinha concluído o ensino superior, mas esses já não moravam mais na UPA da família.

Essa caracterização das famílias foi muito importante, pois através do entendimento do seu modo de vida e de todas as suas inter-relações, como aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais e da sua relação com a natureza, foi possível ter uma maior proximidade sobre o que é desenvolvimento rural na visão desses agricultores, pois uma concepção de

---

<sup>5</sup> São consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, sendo essa a definição utilizada nesse trabalho. (BRASIL. **Lei n. 12.852** de 5 de agosto de 2013).

sustentabilidade deve contemplar o que pensam e como vivem os camponeses, a sua maneira de ser, de se perpetuar e existir enquanto parte integrante da sociedade. Tendo a clareza desses fatos se tornou mais fácil compreender como os agricultores familiares costumam lidar com fatores externos ao seu meio, mas que buscam interagir com ele, como é o caso da Extensão rural por exemplo.



FIGURA 2: Entrevista realizadas com os agricultores

Fonte: Autor, 2017

## 5.2 O PERFIL DAS ENTIDADES PRESTADORAS DE ATER NO MUNICÍPIO: EMATER E INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO

Através da PNATER ficou estabelecido que os serviços de ATER poderiam ser realizados tanto por entidades estatais como não estatais, até como uma forma de apoiar iniciativas da sociedade civil e de reestruturação das instituições estatais ligadas à assistência técnica e extensão rural, desde que essas entidades adotem as diretrizes dessa política (DIAS, 2007). No Rio Grande do Sul os primeiros indícios do serviço de assistência técnica e extensão rural datam do ano de 1955 com a criação da Ascar (Associação de Crédito e Assistência Rural)

e que mais tarde no ano de 1977 ficou conhecida como EMATER/RS-Ascar. Hoje essa instituição está difundida por todas as regiões do estado e vivenciou diversas fases da extensão rural, a qual foi se moldando ao longo dos anos.

Especificamente no município de Caçapava do Sul a EMATER está presente desde o ano de 1958 e faz parte da regional da EMATER/RS-Ascar de Bagé, que engloba vinte municípios no total. Atualmente em Caçapava do Sul essa entidade atende centenas de famílias de agricultores familiares. Além da EMATER, desde o ano de 2015 Caçapava Do Sul conta também com um serviço de Chamada Publica de ATER com foco na agroecologia, via Governo Federal, prestado pelo Instituto Cultural Padre Josimo que atende 65 famílias de pequenos agricultores no Município e mais 535 em outros municípios no sul do estado do Rio Grande do Sul. O Instituto Cultural Padre Josimo (ICPJ) é uma entidade civil sem fins lucrativo ligado ao movimento dos pequenos agricultores (MPA) e foi fundado em 2004.

Todos os agricultores atendidos por essas entidades no Município são pequenos agricultores familiares, os quais são definidos pela Lei nº 11.326/2006 como aquele empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, cuja mão de obra é basicamente da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento feito pelos membros da família.

Essas entidades que desenvolvem atividades de ATER em Caçapava do Sul contam com uma equipe de profissionais diversos e cada uma possui escritório próprio na sede do Município. No quadro técnico da EMATER de Caçapava do Sul são dois engenheiros agrônomos, uma técnica agrícola, uma agente da área social e também uma secretária. Dos quatro técnicos que trabalham a campo cada um deles acompanha 100 agricultores por ano e dentro desse grupo busca-se a formação de propriedades modelos como referência do trabalho realizado. Já o quadro técnico do ICPJ em Caçapava do Sul conta com um engenheiro agrônomo, um agricultor formador e uma secretária.

Para realizar suas atividades e atingir seus objetivos essas entidades se utilizam de metodologias bem parecidas, como acompanhamento individual das UPAs através de visitas técnicas e atividades coletivas, como dias de campo, intercâmbios, seminários, cursos, palestras, feiras agrícolas entre outras atividades relacionadas ao pequeno produtor rural. Segundo os técnicos que prestam serviço de ATER, o sucesso dessas atividades depende entre outros fatores do interesse direto do agricultor. D.M. é engenheiro agrônomo do ICPJ e comentou sobre isso na entrevista: *“Não podemos propor temas de atividades que sejam distantes da realidade dos nossos agricultores. Temos que desenvolver ferramentas e*

*tecnologias que estejam acessíveis a eles, preferencialmente que utilize recursos que estão disponíveis na propriedade ou que sejam de fácil alcance.* ” Uma característica em comum das duas entidades é a realização de diagnósticos participativos nas comunidades junto com os agricultores para direcionar as atividades que serão realizadas e quais áreas devem ser priorizadas. A partir disso são traçadas as diretrizes e metas e feito um planejamento daquilo que será executado. Além disso, parcerias com a secretaria de agricultura e instituições de pesquisa como a Embrapa são comuns e fortalecem e enriquecem o serviço de assistência técnica.

Atualmente a EMATER não executa nenhuma chamada pública de ATER no Município, sendo que a última dessas chamadas executadas por ela foi do programa Brasil sem miséria, que se encerrou no ano de 2015. Desde então os serviços prestados pela EMATER em Caçapava do Sul são oriundos de recursos estaduais e voltados principalmente aos produtores de leite, arrocultores, olivicultores, criadores de ovinos, agroindústrias e manejo do campo nativo. Ganha destaque também a feira municipal de agricultores familiares, que é organizada pela EMATER em parceria com a prefeitura da cidade. De um modo geral os serviços dessa instituição estão disponíveis para qualquer agricultor que se dirigir até o seu escritório localizado no centro da cidade. Para isso não há um vínculo ou obrigação dos técnicos visitarem a propriedade regularmente nem do agricultor pagar alguma taxa por isso, a pessoa simplesmente procura a entidade e leva seus questionamentos em busca de alguma orientação técnica específica, ou solicitação de análises de água ou de solo (nesse caso a EMATER apenas encaminha a algum laboratório competente, o custo é bancado pelo interessado). Junto a EMATER também é possível a obtenção ou renovação de DAP, cadastramento ambiental da propriedade ou qualquer outra questão agrícola que seja do alcance dos técnicos locais. Interessante também destacar que a EMATER possui um programa de rádio que vai ao ar uma vez por semana na Rede Meridional de Comunicação, uma rádio que tem grande audiência no município principalmente na zona rural.

Sobre a execução de ATER em Caçapava do Sul por parte do ICPJ, esse trabalho vem sendo realizado desde o ano de 2015 e tem previsão de encerramento no fim do ano de 2017. Essa entidade foi selecionada para realizar esse trabalho através de uma análise de currículo e desde então executa essa chamada pública via Governo Federal voltada para pequenos agricultores do sul do Estado, contemplando 600 famílias beneficiárias distribuídas em vinte e um municípios, no qual está incluída a cidade de Caçapava do Sul. Para dar conta dessa demanda o ICPJ conta com uma equipe multidisciplinar que trabalham em conjunto, mas que são divididos em cada região conforme o número de agricultores atendidos. Só em Caçapava

do Sul são 65 famílias cadastradas que são acompanhadas regularmente por um engenheiro agrônomo vinculado ao ICPJ. Quando necessário, um profissional de outra área também ligado ao ICPJ auxilia na condução das atividades e serviços prestados, mas no geral um único técnico se torna referência para um determinado grupo de agricultores atendidos. Diferente da EMATER, o ICPJ atende exclusivamente esse grupo de agricultores, buscando ao longo dos anos estabelecer melhorias socioeconômicas e ambientais nas UPAs das famílias assistidas com foco na agroecologia, buscando caminhos para a transição de agricultura de base ecológica. Segundo o contrato estabelecido com o então Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje extinto, o ICPJ deve cumprir metas de visitas técnicas e de atividades coletivas junto a esses beneficiários através de documentos que são assinados pelos agricultores e que posteriormente são remetidos aos fiscais da chamada pública em Brasília. Durante os três anos de contrato devem ser realizadas a cada ano uma visita para caracterização de cada estabelecimento agrícola e pelo menos duas visitas técnicas em cada UPA com duração mínima de 4 horas, sendo que cada agricultor cadastrado deve participar de quatro atividades coletivas por ano. Entre essas atividades estão previstos diagnósticos, dias de campo, intercâmbios, seminários, cursos e reuniões de avaliação e planejamento. Importante salientar que 50% das pessoas cadastradas obrigatoriamente são mulheres e 30% dos beneficiários são jovens, ou seja, até 29 anos de idade.

As duas entidades são credenciadas junto a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) para a emissão de DAPs. No caso do ICPJ essa emissão é feita exclusivamente para os agricultores que foram previamente selecionados a participar da chamada pública executada por essa entidade. Já a EMATER emite esse documento para qualquer agricultor que se enquadre nos pré-requisitos estipulados. Pode-se de certa forma dizer que o modo de execução de ATER do ICPJ no município é mais restrito, até pelas exigências intrínsecas desse modelo de chamada pública, enquanto a EMATER é mais abrangente.

Uma coisa em comum entre ICPJ e EMATER é a orientação dada aos agricultores atendidos por essas entidades sobre políticas Públicas. Programas como o PRONAF, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimento (PAA), seguro safra são algumas das ferramentas utilizadas por essas instituições para alcançar os objetivos e potencializar os resultados do trabalho de ATER. Segundo o extensionista D. S ligado ao ICPJ, *as políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor demonstram ainda serem deficitárias e tem dificuldades de atender a real necessidade dos agricultores*. Somado a isso a forma burocrática como as políticas públicas são operacionalizadas acaba sendo um impedimento de acesso para muitos agricultores.

Uma particularidade do ICPJ na maneira como realiza suas atividades de ATER e que pôde ser percebida durante as entrevistas com os agricultores, é a busca pela formação nos agricultores assistidos de uma construção de um sujeito coletivo, ou seja, uma construção coletiva do conhecimento e por buscar fortalecer neles um senso crítico frente a vários temas contemporâneos, que vão muito além de questões agrícolas, como política, luta por melhores relações sociais, participação de atos públicos, discussões de gênero, organização da juventude, criação e fortalecimento de grupos de base de agricultores camponeses. Pelo menos dois dos agricultores entrevistados se diziam militantes do MPA, movimento social no qual está inserido o ICPJ. Para Görgen (2017), o agricultor deve ser o protagonista das ações, mas dentro de uma relação de cooperação, diálogo e reciprocidade com os técnicos de ATER, tendo a unidade de produção agrícola e a comunidade camponesa como local de pesquisa e troca de conhecimento.

Através dos dados obtidos nas entrevistas com as famílias agricultoras, pode-se dizer que tanto em relação a EMATER quanto ao ICPJ que essas entidades encontram dificuldades em promover a organização e comercialização da produção e agregação de valor da agricultura familiar de modo abrangente. Por outro lado, elas se mostram bastante competentes em conseguir uma maior diversificação produtiva junto a esses agricultores.

É unanimidade entre os entrevistados que os técnicos de ATER deveriam estar mais presentes, com visitas mais frequentes. No levantamento de dados constatou-se que essas visitas técnicas ocorrem em média a cada 50 dias, o que segundo os agricultores é bastante tempo e isso dificulta a implantação de um trabalho mais específico pretendido por ambas as partes. Na visão dos técnicos de ATER que foram entrevistados isso ocorre pela grande demanda de visitas e atividades coletivas a serem executadas. Seria preciso diminuir o número de agricultores atendidos por cada técnico e dessa forma as visitas se repetiriam numa janela de dias mais curto. No edital das chamadas públicas até existe um item que especifica que cada técnico pode acompanhar no máximo de 80 a 100 agricultores, mesmo assim é um número bastante alto, mesmo porque cada visita deve ter duração de no mínimo 4 horas.

A dimensão territorial do município de Caçapava do Sul também foi citada pelos técnicos de ATER como um empecilho para obter maior sucesso nas atividades desenvolvidas. Para contornar essa situação, tanto o ICPJ quanto a EMATER focam o trabalho por regiões do município. Dessa forma facilita os agricultores se locomoverem até o local de realização das atividades quando são realizadas reuniões para execução de cursos ou outros tipos de atividades coletivas.

Parece evidente a importância da assistência técnica e extensão rural para a melhoria da qualidade e condições de vida da população rural. Sobre isso diversos autores defendem que o

método de ATER deve ir além de técnicas agrícolas e também abordar aspectos sociais e ambientais no meio rural fazendo isso de forma horizontal através de metodologias participativas e um amplo debate com as comunidades rurais, buscando superar os desafios e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores através de diálogo e troca de saberes.

Isso seria o ideal, mas a realidade observada mostra que a articulação entre agricultores e técnicos de ATER ainda precisa evoluir mais. Por parte dos agricultores há uma clara compreensão que suas unidades agrícolas podem se tornar mais eficientes sobre diversos aspectos, mas nem sempre a adoção de medidas propostas pelos técnicos de ATER é assimilada como pretendido por ambas as partes. Interessante destacar um trecho da entrevista da técnica de campo da EMATER C.F: *“o trabalho de extensão exige um acompanhamento contínuo e muitas vezes temos que ser bastante insistentes. “* Isso se refere a resistência, ou talvez a dificuldade de parte dos agricultores em aceitar alguns tipos de mudanças propostas, já que um processo de transição agroecológica exige um certo amadurecimento entre todos os envolvidos.

### 5.3 O ALCANCE SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO SERVIÇO DE ATER EM CAÇAPAVA DO SUL

O chamado desenvolvimento sustentável é amplamente debatido nas mais diferentes esferas e setores da sociedade. Utilizar recursos naturais finitos de modo a contemplar o bem-estar e as necessidades humanas atuais sem comprometer que gerações futuras também possam desfrutar desses mesmos recursos para satisfazer suas próprias necessidades é bastante desafiador, urgente e necessário, Relatório Bruntland (1988). Conciliar o desenvolvimento econômico e social com manutenção e melhoria dos recursos naturais pode-se dizer que é a essência da agroecologia.

As duas entidades que executam ATER no município preconizam práticas conservacionistas dos recursos naturais. A própria EMATER-RS se tornou referência nacional por trabalhos pioneiros em diversos municípios do estado pautados na agroecologia, alcançando experiências exitosas. Segundo Diesel, Dias e Neumann (2015, p. 111), a experiência da EMATER-RS (1999-2002), concebida sob o viés “socioambiental” e voltada para uma perspectiva agroecológica teve significativa influência na criação e consolidação em 2003 da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), via Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual foi um marco importante da extensão rural a nível nacional.

O ICPJ, por sua vez, desde a sua fundação preconiza atuar na defesa, preservação e conservação do meio ambiente bem como estimular o desenvolvimento rural e melhoria das

condições de vida do homem e da mulher do campo, acumulando diversas experiências ao longo de mais de uma década de existência (ICPJ, 2017). Diante disso é interessante comparar os trabalhos de ATER realizados por essas duas instituições e apontar o resultado prático e as reais contribuições nos aspectos sociais, econômicos e ambientais através do serviço prestado aos agricultores familiares de Caçapava do Sul. Não é o objetivo desse trabalho de pesquisa julgar qual delas realiza o melhor serviço de ATER ou qual possui a melhor equipe técnica.

Pretende-se simplesmente entender as diferenças e peculiaridades entre o trabalho de ATER prestado por uma entidade governamental e outro prestado por uma associação civil ligada a um movimento social.

Caçapava do Sul está situada dentro do bioma pampa, caracterizado por vastas áreas de campo onde há grande diversidade de espécies vegetais entre gramíneas e leguminosas que compõem o campo nativo. Especificamente no município essa paisagem é um pouco diferenciada da maior parte do bioma pampa por apresentar características de serras e morros graníticos onde há grandes concentrações de vegetação de porte arbustivo e arbóreo, Rambo (1994). Quando somadas, as classes floresta nativa e campo recobrem 90% do território do município de Caçapava do Sul, NUNES et al 2013. Isso ajuda a compreender o desafio das entidades prestadoras de ATER no município, que devem conceber essas características locais e históricas contextualizando isso no cenário atual de desenvolvimento agrário, buscando consolidar estratégias populares sustentáveis nos aspectos social, técnico, econômico e ecológico.

Alguns frutos do trabalho da EMATER, que já vem sendo elaborados ao longo dos últimos anos podem ser vistos nas experiências positivas, através de implantação do sistema de pastoreio racional Voisin no campo nativo que estão sendo desenvolvidos com pecuaristas familiares de Caçapava do Sul. Essa prática promove a conservação do campo nativo, melhor manejo do rebanho e ganhos de produtividade que refletem diretamente na melhoria de renda das famílias. Além disso, a EMATER desenvolve trabalhos direcionados ao apoio de agroindústrias familiares e contribui na organização da feira municipal da agricultura familiar que é realizada uma vez por semana no centro do município. Entre outras atividades realizadas por ela, é evidente a contribuição dessa entidade para a melhoria do desenvolvimento da agricultura familiar em Caçapava do Sul.

Apesar disso a falta de recursos acaba engessando e limitando a sua linha de atuação. Apesar de Caçapava do Sul ser tão reconhecida pela presença marcante da pecuária familiar, não há no quadro técnico da EMATER um único médico veterinário ou mesmo um zootecnista atuando no escritório municipal. Isso foi apontado e criticado por todos os agricultores

entrevistados nessa pesquisa e que são atendidos pela EMATER. Essa mesma crítica pode ser estendida ao ICPJ, que apesar de contar com dois médicos veterinários no seu quadro técnico, esses atuam em outras regiões e em Caçapava do Sul apenas realizam atividades coletivas com os grupos de agricultores cadastrados, como cursos, seminários e dias de campo. Quando perguntado aos agricultores o que poderia ser melhorado no serviço de ATER prestados a eles, apenas um não citou a falta de veterinário, justamente o agricultor que não lidava com criação de animais.

Em relação à atuação do ICPJ em Caçapava do Sul vários pontos positivos podem ser citados. O trabalho que vem sendo realizado com sementes crioulas foi bastante lembrado pelos agricultores durante a entrevista com as famílias. Segundo o técnico que atua no município, ao longo do período de execução da chamada pública o ICPJ vem trabalhando bastante a questão do resgate, multiplicação e diversificação de sementes crioulas. Também o incentivo ao uso de bio-insumos, adubação orgânica, manejo ecológico do solo e bio preparados para controle fitossanitário com a elaboração desses produtos nas UPAs dos agricultores tem estimulado e incentivado a diminuição do uso de agrotóxicos e adubos solúveis no sistema de produção, o que na opinião de vários agricultores que participaram da entrevista vem aumentando a produtividade e contribuindo para a preservação da saúde das pessoas e proteção do meio ambiente.

Apesar desses aspectos positivos citados pelos agricultores, as referidas entidades que realizam trabalhos de ATER no município não conseguiram ainda avançar de forma coletiva e efetiva em relação a aspectos de comercialização e consolidação de mercados locais ou mesmo institucionais. Apesar de todo apoio e orientação dados por elas aos agricultores na perspectiva de melhoria da produtividade, o desenvolvimento de mecanismos de comercialização e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar ainda são um desafio e um gargalo para o desenvolvimento socioeconômico das famílias que recebem esse serviço de ATER.

Mesmo existindo políticas públicas direcionadas para a aquisição de alimentos oriundos dos pequenos agricultores os números de produtores que recebem assessoria de ATER e que estão inseridos nesses programas são tímidos. Dos cerca de 400 agricultores assistidos pela EMATER apenas 12 acessam ou já acessaram o PNAE. Já em relação ao ICPJ apenas 3 dos 65 agricultores cadastrados fazem ou já fizeram vendas de seus produtos para a merenda escolar. Em relação ao PAA não foi possível ter acesso aos dados, mas pelos números levantados durante as entrevistas não deve ser muito diferente já que nenhum dos entrevistados alguma vez sequer acessou essa política pública.

Ao menos no aspecto ambiental tanto o ICPJ quanto a EMATER vêm desenvolvendo trabalhos pioneiros e essenciais junto às famílias atendidas. Quando perguntado aos agricultores o que mudou em relação ao manejo dos recursos naturais como o solo, água e as florestas nativas muitos deles já adotam mecanismos de proteção que antes não faziam, como abolição do uso de queimadas, cobertura do solo com palhada, construção de terraços e curvas de nível, proteção de nascentes e beiras de rio com vegetação e até mesmo implantação de agroflorestas nas suas propriedades, além da diminuição de agroquímicos com implemento de técnicas agroecológicas.

De forma geral, as famílias que fizeram parte desse estudo possuem unidades produtivas bem conservadas do ponto de vista ambiental. Em relação a conservação das matas nativas um bom parâmetro de avaliação foi o cadastro ambiental rural (CAR), já que em todas as UPAs visitas havia sido realizado o CAR e todos os agricultores entrevistados disponibilizaram essas informações durante a coleta de dados. Em nenhum caso houve déficit de vegetação e em muitas delas havia inclusive excedentes de matas nativas. Sobre a conservação de solos é onde o trabalho dos técnicos de campo é mais evidente e talvez onde esse tenha maior respaldo. Já em relação aos recursos hídricos é bastante preocupante a contaminação de rios e do lençol freático com resíduos de agrotóxicos. Apesar dos esforços dos extensionistas terem contribuído bastante para a diminuição do uso de pesticidas por parte dos agricultores, o uso de herbicidas ainda é muito comum. O uso de carrapaticidas também ocorre de forma ampla e tudo isso inevitavelmente contamina o solo e a água. O trabalho de conscientização sobre uso moderado de agroquímicos e os riscos de contaminação, por si só acaba sendo limitado. Para reverter esse quadro é necessário algo a mais e que acima de tudo haja um interesse coletivo de mudança.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo exigiu uma profunda investigação sobre a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural em Caçapava do sul. Após identificar todos os atores envolvidos com esse tema, entre agricultores e técnicos de ATER, foi delimitada a área de estudo e feito um planejamento de coletas de dados. Essas informações obtidas permitiram ter uma ampla visão do contexto social e local onde os agricultores estão inseridos. Através da caracterização das famílias assistidas tanto pela EMATER quanto pelo ICPJ foi possível compreender os desafios e as potencialidades da agricultura familiar caçapavana. Essa caracterização possibilitou traçar a evolução dos sistemas de produção nos últimos três anos, desde o momento em que foram sendo incorporadas novas tecnologias e técnicas e

amadurecimento dos conhecimentos. Foi possível ao longo dessa pesquisa desvendar peculiaridades sobre o modo de trabalho de cada entidade. Burocracias e formalidades a parte, enquanto a EMATER foca energias em criações de algumas unidades de produção modelo, o ICPJ parece que busca fortalecer uma espécie de militância de base investindo na formação de agricultores referencias no Município, focando nos indivíduos acima de qualquer outra coisa. Talvez a explicação para isso se dê pelo fato de que quando a chamada publica executada pelo ICPJ encerrar essa entidade não terá mais nenhum vínculo no município, diferente da EMATER que não tem nenhuma previsão de encerramento de suas atividades em Caçapava do Sul. Por isso a inserção de agricultores hoje assistidos pelo ICPJ ao movimento dos pequenos agricultores criaria assim esse vínculo e uma relação de maior reciprocidade. Os dados coletados não são conclusivos neste sentido, porém está é uma hipótese possível que poderá ser verificada em trabalho futuro.

Sobre o alcance socioeconômico e ambiental proporcionado pelos serviços de ATER pode-se dizer que há resultados bastante positivos em relação à adoção de tecnologias pautadas na agroecologia por uma grande parte das famílias que foram entrevistadas. Apesar de nenhum desses agricultores praticarem agricultura totalmente ecológica o caminho para a transição ecológica foi iniciado. Somado a isso ocorreu uma maior diversificação das atividades produtivas nas unidades de produção e ganhos na produtividade em diversos setores das UPAs. No entanto, o desafio maior é superar as limitações de canais de comercialização e fazer com que os produtos coloniais sejam mais valorizados e reconhecidos diante de uma legislação considerada por muitos agricultores como ineficiente e excludente.

Para as entidades envolvidas com ATER em Caçapava do Sul serve como reflexão a reclamação dos agricultores sobre a falta de profissionais mais específicos em seus quadros técnicos, como por exemplo, médicos veterinários.

Por fim, alguns desafios ainda permanecem para estudos futuros. As análises realizadas nesse trabalho apontaram diversos fatores que hoje são limitantes para o desenvolvimento da agricultura familiar no Município. É necessário aprofundar nesses aspectos, como por exemplo buscar respostas sobre mecanismos que precisam ser desenvolvidos, seja por extensionistas, agricultores ou políticas públicas locais para formação efetiva de grupos associativos no Município como alternativa para que os agricultores possam solucionar problemas que estão fora do seu alcance numa perspectiva individual. Assim como reduzir os elos da cadeia de comercialização e tornar mais lucrativo e acessível os alimentos produzidos pelos pequenos agricultores no município. Nesse contexto, se torna fundamental o papel dos extensionistas como agentes potencializadores do desenvolvimento rural sobre o viés da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS:

- BIASÓLI-ALVES, Z.M.M. & Dias da Silva, M.H.G.F. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 1, 61-69.
- BERTON, C. T et al. Referências Agroecológicas: Pastoreio Racional Voisin. Cartilha PRV – Centro do Paraná de Agroecologia, Curitiba/2011.
- BRASIL. **Lei n. 11.326** de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em 12/09/2017.
- BRASIL. **Lei n. 12.188** de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm)> Acesso em 08/10/2017.
- BRASIL. **Lei n. 12.852** de 5 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm) Acesso em 15/09/2017
- BRASIL. Casa Civil. Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Portaria n. 234, de 04 de abril de 2017. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_1754/PORTARIA%20N%C2%BA%20234%2C%20DE%2004%20DE%20ABRIL%20DE%202017.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1754/PORTARIA%20N%C2%BA%20234%2C%20DE%2004%20DE%20ABRIL%20DE%202017.pdf)> Acesso em 13/11/2017.
- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm) Acesso em 29/10/2017
- CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, ano 4, nº1, p. 23-33, set/dez.2011.
- CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 1 ed. Porto alegre: Editora da UFRGS, 624 p 2015.
- DIAS, Marcelo M. As mudanças de direcionamento da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) em face do difusionismo. *Oikos* v. 18, p. 11-21, 2007.
- DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. PNATER (2004 - 2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 107-128, 2015.
- DO SUL, RIO GRANDE. Macrozoneamento agroecológico e econômico do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Passo Fundo: EMBRAPA-CNPT, 1994 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. 1999. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Rio de Janeiro. 412p
- FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola. 1985.
- FREIRE, P. (2002). Extensão ou Comunicação? ( Traducción de RosiscaDarcu de Oliveira). 12ª ed.(1ª edición:1969). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GIL, Antônio C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. Trincheiras da resistência camponesa: Sob o Pacto de Poder do Agronegócio. 1 ed. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017, p 409.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430280> – consulta realizada 30/09/2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE; 2006. < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios.html> > Acesso em: 30/10/2017

Instituto Cultural Padre Josimo – ICPJ – <<http://padrejosimo.com.br/site/instituto-cultural-padre-josimo> >. Acesso em: 19 out. 2017.

Kuinchner; A. e Buriol; G. A. Clima do Estado do Rio Grande do Sul segundo a classificação climática de Köppen e Thornthwaite. *Revista Brasileira de Agrometeorologia*, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 141-150, 2000.

MANZINI, E. J. (2004). Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In *Anais do Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*, 2. A pesquisa qualitativa em debate. (1CD). Bauru: SIPEQ.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MASSUQUETTI, A.; SOUZA, O. T.; BEROLDT, L. A. instrumentos de política agrícola e mudanças institucionais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48. 2010, Campo Grande, MS. Anais ... Campo Grande, MS, 2010. p. 1-20.

MDA. Perfil territorial. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_232\\_pampa%20-%20rs.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_232_pampa%20-%20rs.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

NUNES, Sidemar Presotto. Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil. *Boletim eletrônico Departamento de estudos Socioeconômicos Rurais (DESER)*. n. 159, junho de 2007, pp. 1-29.

NUNES, M. M. dá C.; LIPPERT, D. B.; SILVA, C. K.; PEREIRA, R. S.; MARCHESAN, J. Análise multitemporal da dinâmica da cobertura e uso da terra no município de Caçapava do Sul-RS por meio de imagens Landsat. *REGET/UFSM*, v. 15, n. 15, p. 2998-3004, out. 2013.

Peixoto, M. (2008). *Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação*. Textos para discussão 48. Consultoria Legislativa do Senado Federal - Coordenação de Estudos. Brasília. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL -<http://prefeitura.cacapava.net/portal>- consultada realizada em 10/10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL -<http://prefeitura.cacapava.net/portal>- consultada realizada em 10/10/17

Rambo, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. São Leopoldo: Ed. 3 UNISINOS, 1994. 473 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WAGNER, S. A. *Métodos de Comunicação e Participação nas Atividades de Extensão Rural. A Extensão Rural no Brasil: raízes históricas e modelos clássicos de intervenção*. 01 ed. Porto Alegre, 2011, v. 01, p. 17-25.

## APÊNDICE A

### **Roteiro para entrevista semiestruturada com o agricultor/a**

- 1- Já recebeu atendimento de assistência técnica e extensão rural em sua unidade de produção agrícola? Se sim por qual entidade?
  
- 2- Você considera importante ser assistido por alguma entidade que preste esse serviço?
  
- 3- Por qual entidade de assistência técnica você é atendido atualmente?
  
- 4- Já acessou algum programa de política pública? Se sim, qual foi o papel da entidade prestadora de serviço de ATER?
  
- 5- Com que frequência são feitas as visitas técnicas em sua propriedade?
  
- 6- Quais métodos o extensionista costuma utilizar durante as visitas técnicas?
  
- 7- O atendimento realizado pelo extensionista é focado para alguma área específica ou é voltado para a área do sistema de produção?
  
- 8- Você considera importante participar de atividades coletivas como cursos, seminários, dias de campo e intercâmbios?
  
- 9- Quais as mudanças adotadas na unidade de produção agrícola a partir do acompanhamento do serviço de ATER?
  
- 10- Em sua opinião o que poderia ser melhorado em relação ao serviço de ATER recebido?

## APÊNDICE B

### **Roteiro para entrevista semiestruturada com o extensionista**

- 1- Qual é sua formação acadêmica?
- 2- Possui alguma especialização na área?
- 3- Qual a sua experiência profissional com assistência técnica e extensão rural?
- 4- Em qual a entidade você presta o serviço de assistência técnica e extensão rural? Há quanto tempo?
- 5- Quantos agricultores você assiste no município de Caçapava do Sul?
- 6- Quais são as principais atividades de produção agrícola desenvolvidas pelos agricultores atendidos?
- 7- Quais são as atividades desenvolvidas com os agricultores?
- 8- O que você poderia apontar como fatores limitantes para a realização do seu trabalho?
- 9- Existe algumas entidades/instituições que é parceira nesse serviço de ATER?
- 10- Em sua opinião como o serviço de ATER prestado aos agricultores está contribuindo para o desenvolvimento rural local?

## ANEXO

**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO****Trabalho de Conclusão de Curso****INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: \_\_\_\_\_

RG/CPF: \_\_\_\_\_

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso Assistência técnica e extensão rural para pequenos agricultores em Caçapava do Sul-RS para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso Assistência técnica e extensão rural para pequenos agricultores em Caçapava do Sul-RS – do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo Compreender a execução do serviço de assistência técnica e extensão rural prestado pelo Instituto Cultural Padre Josimo e pela EMATER no período de 2015 a 2017 em Caçapava do Sul – RS, Caracterizar os agricultores familiares de Caçapava do Sul atendidos por serviços públicos de ATER, caracterizar o perfil das entidades prestadoras de ATER no município: EMATER e Instituto Cultural Padre Josimo e compreender o alcance socioeconômico e ambiental do serviço de ATER em Caçapava do Sul

A minha participação consiste na recepção do aluno Sabrina Krupinski Pereira para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pelo aluno. Para isso,  **AUTORIZO** /  **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Caçapava do Sul, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017**